

# Revista Filosófica de Coimbra

vol.15 | n.º29 | 2006

João Maria André  
Edmundo Balsemão Pires  
Alexandre Franco de Sá  
Nuno Venturinha  
Pedro Spinola Pereira Caldas  
Bernardo Ferreira  
João Madeira

*mu'asira fi turati-na al-andalusi*, Casablanca 1980) – situando Averróis na filosofia medieval islâmica e cristã; referindo-se ao movimento das traduções; o direito, a teologia e a filosofia do autor; a influência na sua obra (e porque não também: a influência da sua obra?); vida e obra; a situação do *Discurso* no âmbito da produção literária ruxdista (não há razão para se falar em ‘averroísmo’ quando, como presumimos ser o caso de CB, se aborda o seu pensamento em primeira mão, directamente no original); um breve resumo do *Discurso* e análise dos seus principais temas. Saudando vivamente a publicação vertente e ficando a desejar (e a aguardar) que CB nos presenteie com mais traduções do original (de Averróis e outros filósofos, nomeadamente Avicena), uma vez que estamos perante um oportuno e meritório trabalho de divulgação, resta-nos apenas acrescentar que a obra fecha com um útil glossário árabe-português de termos técnicos; uma bibliografia (títulos tão importantes e acessíveis, sobretudo provenientes da mais madura produção histórico-filosófica castelhana estão inexplicavelmente ausentes), faltando-lhe, embora, um ‘index nominum et rerum’.

Mário Santiago de Carvalho

Catherine König-Pralong, *Avènement de l'Aristotélisme en Terre chrétienne. L'essence et la matière entre Thomas d'Aquin et Guillaume d'Ockham*. Paris: J. Vrin (Études de Philosophie Médiévale 87) 2005, 291pp.

Não foi sem indisfarçável contentamento que encontramos no recente trabalho doutoral apresentado à Universidade de Lausanne a confirmação e consequente alargamento do princípio de interpretação que defendemos há oito anos atrás na nossa congénere dissertação dedicada a Henrique de Gand (autor que C.K.-P. restituiu como um dos representantes maiores da filosofia do século XIII), acessível na monografia intitulada *A Novidade do Mundo: Henrique de Gand e a Metafísica da Temporalidade no Século XIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian - Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2001 (doravante: ANM). Sob o pretexto da «chegada do aristotelismo em solo cristão», a A. sonda uma dupla problemática metafísica – essência e matéria – no período que medeia Tomás de Aquino e Guilherme de Ockham, num espaço entre Paris e Oxford e com o fito hermenêutico de ultrapassar a mera curiosidade histórica contribuindo, «numa época com preocupações de interdisciplinaridade» (p.9), para instilar a ética na ciência e oferecer uma visão organizada dos diversos domínios científicos (*ibid.*). Não estamos seguro de a A. ter conseguido realizar este último propósito, mas, no interim, conseguiu com mérito levantar um trabalho de quase micro-história intelectual relativos aos dois campos problemáticos referidos. No caso da essência, desenvolvido no ritmo triádico seguinte: Egídio Romano (a tentativa de sistematizar os diversos género do saber); Henrique de Gand (promotor de um método que privilegia o caso particular e seu valor exemplar para delimitar a hierarquia e os campos de pertinência dos

diversos discursos) e Godofredo de Fontaines (e o seu perspectivismo epistemológico delimitador dos campos da diversas ciências e respectivas pertinências em função dos graus de eminência dos objectos das mesmas). Já a respeito da matéria, interessou à A. o terreno transfronteiriço da pergunta sobre a sua possível criação sem a respectiva forma, articulação filosófico-teológica da possibilidade das coisas com a onipotência divina. Insisto em que estes dois campos foram por nós abordados em ANM, embora em torno exclusivo a Henrique de Gand. Por isso, antes de enumerarmos alguns pontos de acordo e/ou dissídio, insistamos ainda nas conclusões mais genéricas e seguramente interessantes da A. Lemos da relevância da perspectiva «franciscana» na instauração de uma casuística metodológica que acabaria por se substituir à descrição aristotélica do mundo; da manutenção da separação metodológica entre filosofia e teologia, a qual, de Sigério de Brabante a Godofredo de Fontaines, passa por um perspectivismo de sabor atenuado, porque mais consciente da relativização dos poderes da razão humana; ainda, das três diferentes opções (Tomás de Aquino, Egídio Romano e Duns Escoto) relativamente à coordenação filosofia e teologia racional: para o primeiro, confinando-se o campo do saber aos limites da causalidade natural, para o segundo, numa identidade de estrutura entre criação sobrenatural e geração natural, enfim, para o terceiro, um sistema que unificava todas as ciências sob a concepção unívoca de ente. De registo obrigatório, também: a insistência sobre o utensílio heurístico da distinção intencional de Henrique de Gand; a transposição dos debates da filosofia natural para o campo da teologia (com particular relevo para o caso do corpo); a redefinição da possibilidade lógica e metafísica e a instauração de uma discussão nova em torno da própria possibilidade. Evidentemente que não iremos deter-nos nos silêncios ou nas ausências deste percurso. Aliás, das principais omissões mostra a A. ter consciência. É o caso de Eckhart, de Teodorico de Freiburg, de Pedro de João Olivi, etc. Passemos antes, em alternativa, a assinalar, rapidamente, algumas das suas leituras interpretativas, sobretudo aquelas que mais nos dizem respeito à luz da consideração aqui inicialmente feita. Tendo ficado por explicar a razão pela qual Henrique de Gand e Egídio Romano ignoraram ostensivamente as posições de Godofredo de Fontaines (p. 65) e, igualmente, a liberdade (p. 79) que sempre pautou a intervenção do teólogo flamengo (em ambos os casos, julgamos, que Raymond Macken havia dado uma resposta plausível, mas o que a A. escreve também a p. 117 não contaria, pelo menos em parte?), C.K.-P. poderia ter conhecido (p. 67) o artigo que publicámos no volume 24 da *Enciclopédia IberoAmericana de Filosofia* (Madrid 2002). Dizemo-lo, evidentemente, apenas, porque, tendo citado alguns dos nossos trabalhos (pp. 105, 256), faltou-lhe referir pelo menos dois estudos que lhe poderiam ter sido úteis (p. 151 n. 3 e p. 153, respectivamente), quer o publicado em *Recherches de Théologie ancienne et médiévale* (63:1996, 36 – 67), quer na *Revista Portuguesa de Filosofia* (52:1996, 197 – 221), posteriormente reproduzido em *O Problema da Habitação* (Lisboa Coimbra 2002). E dizemo-lo, sobretudo, porque a A. partilha da nossa leitura sobre a intervenção metodológica de Henrique de Gand, fazendo-o de uma maneira que nos agradou profundamente, ao classificá-la como «casuística» (p.

77) e que, no fim da presente recensão ainda pormenorizaremos mais mediante numa citação deveras notável. É evidente que a A. tenta trazer, ao caso, de novo, e em vários domínios (pp. 57, 90), a marca de Sigério de Brabante (tal dependência havia concitado a atenção de Jean Paulus há já 68 anos), mas, ao mesmo tempo, não se percebe porque é que não refere (p. 94, n. 2) os trabalhos de Jos Decorte, que a seguir utiliza (p. 162 v.g.), tão importantes para a correcção da leitura de M. Henninger. Posto que aludimos a um caso de uma leitura enviesada, talvez não tivesse sido despropositado conhecer (p. 102) a crítica que dirigimos há já alguns anos, através da revista *Biblos*, a Richard C. Dales. Se a A. devia ter referido a retractação do próprio Gandavense a respeito da distinção criação/conservação (p. 105), foi indiscutível mérito do seu trabalho haver evidenciado a evolução do teólogo em tal assunto, comprovando o motivo metodológico bem destacado (pp. 76, 156, 200), a dado passo (p. 223), merecedor de ser reproduzido, para acabar, à guisa de cumprimento pela qualidade do trabalho e do nosso acordo com a tese a respeito de Henrique de Gand. Isto, evidentemente, sem querermos subestimar todo o exemplar requinte de leitura sobre o conjunto total dos pensadores tratados. Eis a passagem em causa, que vale a pena reter (p. 223): «... a coerência do pensamento henriquino não se encerra num sistema, mas deriva de uma tendência para precisar e modificar as anteriores aquisições à medida do aparecimento de novos enunciados problemáticos. A ciência de Henrique usa a falsificação como impulso de partida, mais do que como instrumento de redução e certificação. Desprovido da consistência sistemática própria das ‘sumas’, a obra do Doutor Solene teria a ganhar se fosse encarada como uma ‘arte poética’ da filosofia, metodologia e realização exemplar confundidas na linearidade e temporalidade discursivas exigidas pelo exercício da profissão de professor. Numa preocupação de clareza, a *Suma teológica* de Tomás de Aquino adopta uma ordem sistemática de exposição, frequentemente dedutiva; a clareza tem no entanto um preço: a ordem do discurso rasura a ordem mais hesitante da descoberta, o próprio processo cognitivo, muitas vezes indutivo. Ao contrário, as questões disputadas por Henrique de Gand ao longo da sua carreira e reunidas na sua *Suma* e nos seus *Quodlibet* realizam o programa de uma arte poética: não se contentam em enunciar um projecto, em estabelecer os princípios e expor os resultados, mas mostram um pensamento a fazer-se e oferecem uma realização exemplar da teoria por elas defendida. A prática da questão torna-se um instrumento heurístico que, definitivamente, manifesta a condição precária da inteligência humana e a contingência essencial e existencial da criatura.» À luz do que defendemos em ANM não podíamos estar mais de acordo!

Mário Santiago de Carvalho